revista CANTAREIRA
criada e matida por alunos da área de HISTÓRIA DA UFF
www.historia.uff.br/cantareira

REVISTA CANTAREIRA

http://www.historia.uff.br/cantareira

ISSN 1677–7794

cantareira@historia.uff.br

CANTAREIRA – Revista Eletrônica de História

Volume 2 – Número 3 – Ano 3 – dez. 2005

Editor – Mauro Henrique Barros Amoroso

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF)

Departamento de História

Campus do Gragoatá - Bloco O - 5º andar - Niterói - RJ - Brasil - CEP 24210-350

Telefone: (021) 2629-2919

Os direitos dos artigos publicados nesta edição são propriedade exclusiva dos autores.

Esta obra pode obtida gratuitamente no endereço web da revista. Pode ser reproduzida eletronicamente ou impressa, desde que mantida sua integridade.

Equipe

Editor Responsável

Mauro Amoroso

Editores

Alexandre Camargo

Alexandre Pierezan
Fabrício Freire
Fabrício Motta
Francisco dos Santos Lourenço

Guilherme Moerbeck

Hagaides de Oliveira

Leonardo Arruda

Priscila Aquino Silva

Richard Negreiros de Paula

Editores Correspondentes

Antonio Marcos Myskiw

Erneldo Schallenberger

Maria Thereza David João

Márcio Marchioro

Valdir Gregory

Designer gráfico

Sheila Freire

Ficha Catalográfica

Revista Cantareira – Revista Eletrônica de História

Volume 2, Número 3, Ano 3, dez. 2005

Disponível em: hhttp://www.historia.uff.br/Cantareira

1. História Geral; 2. Historiografia

O Constante Retorno da 'Prática Assistencial' em Sindicatos:

o caso do SINTTEL-PE

José Fernando Souto Jr[*].

RESUMO: este estudo tenta entender as análises sobre o sindicalismo brasileiro feitas pela Sociologia do Trabalho, que vinculam a prestação de serviços assistenciais a um "modelo equivocado" de sindicalismo, tratando o assunto como se fosse um erro. Também revela como a assistência se manifesta no SINTTEL – PE (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas e Operadora de Mesas Telefônicas de Pernambuco). O Estudo mostra as singularidades da assistência nesse sindicato, além do trabalho desenvolvido com os aposentados dessa categoria.

Palavras-chave: SINTTEL-PE, sindicalismo, história do trabalho

ABSTRACT: this study intends to demonstrate the analysis about the Brazilian Labour Unions, performed by Sociology, which connects the public welfare services to he Brazilian labour union structure. It also reveals how the social assistance manifest itself on Pernambuco's SINTELL (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas e Operadora de Mesas Telefônicas de Pernambuco). The study shows the singularities of the social assistance in this union, besides showing the work developed with retired people in this categorie.

Key words: SINTTEL-PE, syndicalism, history of work

Este artigo procura discutir a 'prática assistencial' em sindicatos com características do 'novo sindicalismo'. Esta prática, denominada de 'assistencialismo', tem sido criticada por lideranças sindicais e pela literatura especializada sobre o assunto por todo o século passado, mas apesar das críticas persistirem, o fenômeno permanece presente no cotidiano de diversos sindicatos, sejam eles ligados a correntes sindicais mais a direita ou a esquerda. O nosso propósito aqui é tentar desmistificar essa associação entre assistencialismo e "equívoco" por parte dos sindicatos que manifestam algum tipo de 'prática assistencial', mostrando como a literatura acadêmica e os discursos não se aprofundaram no assunto. O fato é que da CGT, passando pela Força Sindical e pela CUT, todas elas têm algum tipo de política assistencial e representam sindicatos que desenvolvem políticas 'assistenciais'.

O objetivo proposto nesse artigo é procurar entender, por meio de um estudo de caso, algumas contradições presentes no cotidiano de lideranças sindicais que explicam diversos sentidos dessa política, pegando como foco para a análise os anos 80 e 90, época em que as lideranças identificadas com o 'novo sindicalismo' conquistaram o poder de centenas de sindicatos no Brasil. O sindicato escolhido para estudo é o SINTTEL – PE por sua luta para pôr fim aos 'serviços assistenciais' nos anos 80[1].

Na década de 80, o SINTTEL – PE teve sua história marcada pelo fim de um período assistencial. A liderança que toma o poder ganhando a eleição neste sindicato é formada principalmente por técnicos das empresas que administravam as telecomunicações em Pernambuco: TELPE (atual TELEMAR), EMBRATEL e TELEBRÁS[2]. A idéia principal do grupo era a de que pudessem representar de maneira mais combativa os interesses da categoria, pondo fim aos 'serviços assistenciais'.

A oposição se opunha ao grupo da situação, que desfrutava de um certo prestígio com as empresas, principalmente com a maior delas no Estado, a TELPE. Eles haviam ganho desta empresa uma ambulância[3] e conseguiram junto da mesma um empréstimo que favoreceu a compra da atual sede do sindicato e anos depois um novo empréstimo para reforma. Sua atuação foi marcada pela assistência. Cursos de datilografia, supletivos, médicos, ambulatórios, odontólogos, dormitórios, eram as ações desse grupo no poder. Não havia assembléias mensais nem registros de uma imprensa sindical que colocasse a base a par dos acontecimentos.

Devido ao relacionamento estreito da situação com as empresas e a ausência de algo parecido com a base, pois não havia instrumentos que facilitassem a aproximação da base com a liderança – a não ser a assistência – no sentido de provocar discussões, então privilegiava-se a harmonia entre o sindicato e os executivos das empresas. É nesse contexto que se dá o aparecimento do grupo oposicionista. As novas lideranças foram trilhando um caminho onde se percebe a necessidade da conquista e transformação da organização dos trabalhadores, tendo um projeto alternativo ao grupo no poder.

UMA NOVA MENTALIDADE SINDICAL NO SINTTEL-PE

> Primeiro é importante situar esse momento do surgimento da oposição no cenário nacional. Então a gente pegou o início da era do que a gente chama 'novo sindicalismo'... ABC paulista, o movimento sindical começa a ter essa nova feição que a gente ainda hoje ainda consegue enxergar, etc., com algumas mudanças. Dirigente X, 24/01/94.

Para outro dirigente do sindicato, a mudança de perspectiva foi a seguinte:

> [...] houve uma mudança significativa no conceito que a categoria tem do sindicato, de um sindicato que antes era paternalista, um sindicato nos moldes de um sindicato antigo que se fazia, para um sindicato caminhando para o sindicalismo moderno. Não um sindicalismo de resultados, mas um sindicalismo de conscientização do empregado e de colocar os empregados no seu direito de agir como cidadãos, não só como trabalhadores, não só como explorados, mas tendo direitos de cidadão, de cidadania [...]. 25/01/94.

Essa é a percepção desses '*novos sindicalistas'* em relação à inserção deles no movimento sindical. A idéia de um modelo que tinha como referência o '*novo sindicalismo'* – sindicatos que se insurgiram contra o padrão hegemônico que predominou na ditadura militar utilizando-se de uma forma de atuação que privilegiava a harmonia entre capital e trabalho. Pressupondo uma nova ação política e também uma identificação com o movimento de dimensão nacional, o novo grupo revela o marco separador da antiga direção para a nova. Mas também está presentes em seu discurso a contraposição de idéias de um sindicato moderno com preocupações de conscientização, em oposição a um sindicato paternalista e antigo. Entram em cena a dicotomia 'novo' e 'velho'.

Mas, buscar uma referência nacional, como fizeram esses sindicalistas, era lograr uma legitimidade que tinha semelhanças com o novo processo de concepção do movimento dos trabalhadores e da própria busca de inserção social no seio da sociedade, como um fator legitimador das práticas de protesto, explicitando o conflito, até àquele momento tímidos.

Os novos dirigentes sindicais procuraram, depois de assumirem o poder, sentar com os dirigentes das empresas para negociar. Naquele momento a atitude de empresas como a TELPE, que recebia os sindicalistas da situação sem problemas, iria mudar, não receberia os novos representantes da categoria com a mesma facilidade. O reconhecimento por parte da empresa do papel das novas lideranças só veio com as primeiras greves. Parecia difícil para os executivos dessas empresas acreditarem que os seus empregados fariam greves[4].

Mas para fazer greves não bastava apenas decretá-las. O sindicato aos poucos foi criando uma infra-estrutura que permitiu o acesso da base às decisões da diretoria. Entre as primeiras medidas, estava a necessidade de estabelecer uma maior comunicação com os associados. Para isso, a ambulância do sindicato, símbolo da assistência e doada pela TELPE, foi transformada em carro de som, tornando-se um divisor de águas entre o que o sindicato havia representado na ditadura e o que ele praticava nesse outro momento. Para dinamizar ainda mais as ações foi criado um boletim informativo. Os dormitórios, assim como a ambulância, foram inutilizados em suas funções originais para dar lugar à gráfica do sindicato.

A GUERRA CONTRA A ASSISTÊNCIA

As novas lideranças, desde o princípio, pautaram suas ações desejando o fim do que eles chamam de ‘assistencialismo’ e, de alguma forma, fizeram isso. Mas, como o sindicato acabou a assistência? Conseguiu acabar com toda a assistência? Nesse ponto, a ação da nova liderança vai ficando ainda mais diferenciada. Os dormitórios, segundo a diretoria, que deveriam servir para os funcionários do interior que vinham para a capital fazer cursos de especialização ou outras coisas, deveriam acabar porque os funcionários das empresas vinham recebendo diárias dessas para hospedagem, não justificando a permanência nas dependências do sindicato.

A liderança, dessa forma, não concordava com a manutenção desse serviço. Foram feitas visitas às cidades do interior onde o sindicato tinha associados e, em cada uma, foram realizadas assembléias para decidir sobre o fim dos dormitórios. Depois de visitarem as cidades, a base decidiu pelo fim. No caso dos serviços médicos, os telefônicos, em campanha salarial, colocaram na pauta de negociações e lutaram para as empresas assumirem a maior parte dos encargos destes serviços. Assim, as empresas fizeram convênios com médicos na cidade do Recife e interior. Os empregados da EMBRATEL dispunham do fundo de pensão da empresa, TELOS[5], que garantia previdência complementar além de assistência em vários níveis, do lazer à saúde (EMBRATEL, 1983).

O fim da assistência nessa categoria foi facilitado pelos planos de saúde garantidos pelas empresas, e estes foram apenas melhorados pela insistência do sindicato. Somente depois de terem conquistado essas melhorias foi que conseguiram pôr fim à assistência. Percebe-se por essas evidências que vários segmentos de telefônicos não utilizavam os serviços assistenciais do sindicato, como os funcionários da EMBRATEL que tinham o fundo de pensão a sua disposição.

Essa foi a campanha para o sindicato abandonar as formas de assistência. Somente a partir daí acabaram a maior parte dos serviços assistenciais[6]. Segundo Marcelo Beltrão, Diretor de Comunicação (na época da entrevista), com o fim dos serviços assistenciais de saúde na sede sindical, o sindicato conquistou um convênio com as empresas. Durante alguns anos o sindicato conseguiu, também, benefícios como: ticket alimentação; creche ou auxílio creche; benefício farmacêutico fez parte de campanhas salariais, cabendo às empresas financiar parte dos medicamentos; empréstimos de férias divididos em oito vezes com quatro meses de carência para pagar. Para os funcionários da EMBRATEL alguns desses benefícios já eram garantidos pela TELOS desde sua fundação (EMBRATEL, 1983).

Mas, em 1985, um ano após a diretoria assumir, foi realizada a primeira greve de empresas terceirizadas de telefônicos[7]. Estas também assumiram a responsabilidade assistencial com planos de saúde. O plano delas não era dos melhores. Contudo, boa parte da responsabilidade com os serviços médicos foi repassada às empresas. Assim foi colocada abaixo a parafernália assistencial.

Mas, nem tudo são flores. Segundo um diretor,

> “Não sei se você sabe, no movimento sindical a gente tem aquelas duas linhas sindicais: uma que a gente chama assistencialista e a outra que cuida mais das questões de organização, de politização e conscientização. Hoje, no nosso sindicato, praticamente, nós extirpamos qualquer tipo de assistencialismo tradicional. Porém, nós temos alguns resquícios disso ainda”. 25/01/94.

É importante perceber a dicotomia presente no discurso do sindicalista: ‘sindicato assistencialista’ versos ‘sindicato reivindicativo’. Tal dualidade ao perceber apenas essas duas formas de ação política nos sindicatos não permite às lideranças sindicais, nem tão pouco aos estudiosos do assunto, perceberem as várias facetas dessa ação política. Esta visão nega a contradição dos fenômenos sociais ao percebe-los como dicotômicos e impõe aos grupos sociais formas pré-definidas como legítimas para a ação social[8].

VISÃO DUAL DE MODELOS SINDICAIS

SINDICATO	OBETIVO	TIPO DE RELAÇÃO entre CAPITAL e TRABALHO
Assistencial	Adaptação à estrutura social	Harmonia
Reivindicativo	Transformação da estrutura social	Conflito

Final dos anos 90: novas demandas sindicais

QUADRO II

EMPRESAS	DÉCADA DE 80	1998
TELPE	2 100	1 100
EMBRATEL	450	260
TELEBRÁS	80	00

Fonte: Estimativa do SINTTEL-PE

O quadro de funcionários das empresas de telecomunicações diminuiu sensivelmente e isto influenciou na ação sindical. Algumas respostas foram colocadas e podem ser vistas pelas palavras de alguns dirigentes:

"Eu acho que a gente tem que priorizar as bases. A gente está distante. Hoje, como a gente diminuiu a quantidade de diretores, a gente está muito voltado pra administrar o sindicato, então a gente tem que ir mais pra base, tem que trabalhar mais a base, fazer curso de formação". Dirigente L. 02/03/98.

A diminuição em quase 50% da base nos últimos 15 anos, tem a ver principalmente com as aposentadorias, já que as empresas não demitiam, salvo os casos durante o Governo Collor[9]. Isso implicou uma queda na receita da entidade sindical e um aumento na categoria do número de aposentados, estes se transformando em um novo filão da entidade. Militantes envolvidos com a conquista da entidade na década de 80 agora estão aposentados. Além disso, os novos contratados, em número bastante inferior aos que se aposentaram, tem um salário menor.

Este problema foi colocado como um fator que desarticulou a categoria, assim velhos militantes com uma estória de envolvimento com o sindicato vão se afastando, implicando numa redefinição das articulações com a base. Em segundo lugar, essas perdas implicaram numa queda de arrecadação da receita. Some-se a isto o número bem menor de novas contratações nos últimos 20 anos. As demissões criaram um clima de medo entre os associados contraindo ainda mais a luta reivindicativa. A automação nessa área, além da reestruturação produtiva, são tidas também como responsáveis por este problema. Esses fatores somados influenciaram no arrefecimento do ideal combativo da entidade.

"Nós tivemos nos últimos 20 anos um crescimento de cerca de 20 vezes a nossa planta instalada, número de terminais, a gama de serviços oferecido à sociedade, enquanto que o quadro de pessoal foi praticamente o mesmo, principalmente nos últimos 10 anos. Isso reflete o quanto as máquinas estão assumindo postos de trabalho. O setor bancário, por exemplo, o trabalhador bancário é atingido pela automação por conta dos avanços das telecomunicações. Os caixas eletrônicos, bancos 24 horas, é o serviço de telecomunicações que possibilita isso". Dirigente U. 08/02/94.

Quanto aos novos funcionários, este entram na empresa sem qualquer vínculo com a história recente da categoria. Nem sempre fazem idéia das coisas que desfrutam como conseqüência das lutas e conquistas da entidade sindical. Assim, somente depois de algum tempo de trabalho é que poderão compartilhar de uma identidade comum com os outros colegas de trabalho e também com o sindicato.

Desta forma, o problema das aposentadorias criou também a necessidade do sindicato desenvolver uma afinidade com estes novos funcionários a ponto de envolvê-los nas lutas cotidianas. Esta nova fase da entidade sindical é bem diferente daquela de meados dos anos 80, quando esta representou para os funcionários das empresas uma mudança que se fez presente para todos eles de forma muito clara. Naquele período, a atuação do sindicato assistencial não chegava a todos e era quase imperceptível para alguns grupos dentro das empresas. Então, a conquista da entidade foi algo mais amplo e visível, pois, também se relacionava com o processo de abertura democrática pelo qual o país passava.

"O trabalhador aposentado hoje, dessa geração que está se aposentando ou que já se aposentou hoje, é muito diferente dos trabalhadores que estão hoje ingressando na empresa, então a gente vê coisas desse tipo que você está falando e muito mais, trabalhadores que tem o maior orgulho de ser empregado daquela empresa, um orgulho do seu sindicato e aquela coisa muito assim do trabalhador, hoje boa parte dos novos empregados têm a sua empresa como ponto de passagem, então o cara que está trabalhando hoje como técnico, ele está mais pensando em fazer uma faculdade e se formar e sair daqui. É uma cultura bem diferente. Esse povo mais antigo veste mesmo a camisa, ele tem orgulho mesmo da empresa e participa, o sindicato deles é algo assim...". Dirigente U. 15/10/98.

Portanto, a conquista de novos militantes teria que ser redefinida em outros marcos para a entidade. Os antigos depositavam tudo na entidade, os mais novos não fazem isto, pensam em fazer cursos universitários, a vida de telefônico parece não ser a definitiva, não é mais um ponto de chegada, mas apenas um novo início. E isso coloca uma nova fase para esses sindicalistas e trabalhadores, tendo em vista a privatização das empresas, o que provavelmente pode redefinir, no sentido mais amplo, também as práticas políticas do sindicato, já que agora o estatuto desses trabalhadores mudou, e provavelmente as empresas, agora privadas, possam querer questionar benefícios concedidos anteriormente.

O JURÍDICO COMO PRODUTO

O sindicato permaneceu ligado aos trabalhadores aposentados porque cada vez mais esses recorriam ao departamento jurídico na tentativa de recuperar perdas salariais nos sucessivos planos econômicos[10]. Nesse momento, o sindicato passou a agenciar cada vez mais os processos na justiça desses dois grupos (ativos e aposentados), obtendo um certo sucesso que terminou por despertar ainda mais a procura da entidade para esta finalidade jurídica. Portanto, os processos na justiça têm levado algum tempo e, por conta disso, antigos funcionários (atualmente aposentados) mantêm-se ligados à entidade acompanhando o resultado final dessas ações.

A entidade tem assumido assim a postura pelos serviços jurídicos, que, aparentemente, não envolvem a conscientização nem a solidariedade no esquema defendido por alguns dirigentes[11]. O Departamento Jurídico tem sido um chamariz para atrair novos associados, já que a situação atual da entidade não é muito favorável à ação política de enfrentamento.

> "Não. Por sinal, a gente ta aí com uns processos de fundo de garantia e nesse processo teve algumas pessoas que não são filiados, a gente recebeu as documentações deles, esta aí, porque no momento da entrega da documentação a gente não tem como controlar se ele é filiado ou não. Porque nós só temos um sistema, é na minha sala aqui em cima, e o pessoal lá em baixo recebe [na recepção] e não tem condições da gente ficar olhando isso. Mas a gente guardou toda a documentação da pessoa e enviou uma carta para ela, que não estava associada e que para a gente dar seqüência ao processo ela teria que ser associada. Aí a gente mandou lá junto uma ficha de filiação e fica aguardando uma resposta da pessoa". Dirigente L. 02/03/98.

A procura por esses serviços é tanta que não dá para checar a documentação de todos. Nesse caso, os telefônicos que quisessem entrar com um processo na justiça e não fossem associados, iriam ter que se associar.

> "Mas o que é que a gente fez aqui? Contratou um advogado, Dr. Marcondes, especialmente pra cuidar disso, desse assunto do FGTS. Ele até advoga um pouquinho na área de Direito do Trabalho, mas não é a praia dele, a praia dele é exatamente essa área de Direito do Consumidor, Direito Administrativo, que são atuações exatamente na área judiciária federal, então a gente contratou ele e fomos pra a categoria: "ó pessoal, contratamos um advogado de excelente qualidade, técnica e política, uma relação de confiança muito grande conosco, pra fazer isso, isso e isso, ou seja, tá todo mundo da categoria inteira, nossos 2 800 sócios, estão ajuizando ações contra a União, contra a Caixa Econômica Federal, pela roubalheira do FGTS desde 87 até 90, por conta do SINTTEL, ou seja, o único sindicato aqui em Pernambuco que está fazendo isso somo nós, mais ninguém". Dirigente E. 02/03/98.

A conjuntura não é apenas de descumprimento de acordos. Trata-se da conjuntura política desfavorável ao sindicato e que este tem escolhido como alternativa a saída pelo jurídico, pela prática da assistência. A passagem do Direito Trabalhista para o Direito do Consumidor é simbólico das novas relações do sindicato. Há uma metamorfose nas ações sindicais. Dessa maneira, os investimentos no jurídico têm aumentado cada vez mais.

Um dirigente da entidade respondeu assim quando perguntei se esse serviço era ou não assistencial:

> "Na verdade nós tínhamos a assessoria jurídica que lidava apenas com questões trabalhistas, estendemos isso pra questões previdenciárias, então já estamos incorporando questões previdenciárias e agora a gente está fechando um convênio com um escritório jurídico para prestar assistência na área jurídica mais ampla, cível, penal, pegar essas varas de famílias, essas coisas, etc. E aí o objetivo foi o seguinte, ele não se configura dentro de um quadro de assistência propriamente, porque o sindicato, de certa forma, não se onera, a coisa não é oferecida gratuitamente, o sindicato estabeleceu um convênio, que ele paga uma, a idéia é essa, pagar uma taxa por mês relativa a esse convênio e os associados passam a ter acesso a uma assessoria jurídica, mas antes, mediante o pagamento; eles também pagarão, pra essa assessoria, agora pagarão um preço inferior ao do mercado, na medida em que o sindicato estabeleceu o convênio, tem o caráter de exclusividade e paga uma contribuição mensal para o escritório".Dirigente I, 23/10/98.

Não é o fato de pagar uma quantia que tornará esses serviços mais ou menos assistenciais. O que entra em questão, e de maneira contraditória dentro da visão de sindicato reivindicativo desses mesmos sindicalistas, é a possibilidade de transformar as lutas cotidianas num embate coletivo provocando assim a '*conscientização'* dos trabalhadores. Este é o ideal que se contrapõem ao sindicato assistencial, pois é a luta coletiva que agrega e possibilita a mudança social esperada, segundo esta crença. É isto que está em questão para os defensores do sindicato reivindicativo e de luta. Mas isso não acontece quando as ações vão para o jurídico. O seu desdobramento é uma atitude individual baseado no Direito do Consumidor, e não é o fato de ser um convênio que muda esta realidade. Os serviços são oferecidos como uma vantagem associativa, é um atrativo do sindicato para os seus associados com vistas a aumentar a arrecadação da entidade sindical e o número dos associados.

Mas o ponto em questão, para os próprios sindicalistas, é se estas ações são ou não legítimas? Mais do que isso, o problema coloca-os distante das dicotomias que estão habituados a lidar. Contudo, ainda está longe dessas ações representarem consenso. A discussão fica clara nas seguintes idéias das duas lideranças.

> “Eu acho que a gente tem que conceder, é que a rigor a nossa sociedade está ficando mais capitalista, concretamente é isso, aí o sindicato, embora os seus dirigentes não tenham abdicado ao socialismo ou uma parte deles, agora a gente tem que conceber o sindicato inserido na realidade social na qual ele está, não tem como fugir disso. Aí a idéia, dentro desse contexto, é a gente procurar fazer o melhor possível, que não desvia a finalidade do sindicato, mas que também não seja sectário de dizer: “*isso não me pertence, não tem nada haver com isso”* e vai largando de lado, eu acho que a gente tem fazer o meio termo e nós estamos trabalhando nisso”.Dirigente I. 23/10/98.

> “Então, se ajustar é isto, é você conceber como uma conseqüência natural do desenvolvimento, da globalização, não tem jeito, são as novas tecnologias que estão exigindo menos empregados das empresas, é o modelo descentralizado da forma de produção que não exige mais grandes concentrações de empregados e pode ter empregos pulverizados, que é isso que você começa a conceber como obra da natureza, “não tem jeito! Você não tem como combater!” e você começa a dizer: “não, então eu vou encontrar uma forma aqui dentro, de como fazer o sindicato sobreviver dentro disso”, e aí tem que vê o que é sobreviver”. Dirigente I. 15/10/98.

As maneiras de ver o mundo que partem de um ponto de vista tido como correto e que se contrapõe a outro para se definir, impedem os atores sociais de perceberem as possibilidades de ações que fogem a esses mesmos padrões. As variantes estão sempre presentes nos modelos construídos socialmente. Não perceber o fenômeno social assim é querer coloca-lo numa camisa de força. É enquadrar a realidade. Como exemplo, esta passagem desse estudo da professora M. Hermínia T. de Almeida (1984: 201) em que ela afirmou, com uma idéia negativa com relação à assistência e com uma certa surpresa, a contradição da assistência, pois já havia um ponto de vista definido sobre o papel dos sindicatos:

> “*Contraditoriamente, a função assistencialista, que pervertia e desnaturava o sindicato como arma de combate*, permitiu que não se cortassem por completo seus vínculos com a base. Novos associados continuaram a procurar o sindicato, para fazer uma consulta médica, cortar o cabelo ou processar o seu empregador na Justiça do Trabalho”[12].

A citação da professora começa com “Contraditoriamente”. Como contraditoriamente? Porque o que ela vai afirmar logo depois não é nada contraditório! A contradição está em olhar o fenômeno social e pressupor que ele não seguiu seu “caminho natural”. Desta forma, ainda que cumprindo um papel que permitiu ao sindicato se manter ligado aos seus sócios, essas práticas foram rechaçadas sem uma devida averiguação das motivações que a faziam surgir. Do outro lado, os estudos assumiam uma postura de ter bem definido o papel dos sindicatos, o que de certa forma contribuiu para uma tentativa de homogeneização das práticas e papéis sindicais.

OS EFEITOS DAS NOVAS AÇÕES: O SINDICALISMO COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA

A opção pelos aposentados parece não ter sido tão tranqüila. Por volta de 1994, um dirigente afirmava:

> “A tentativa de se fazer um trabalho com aposentados, haja vista, que eles estão totalmente fora do contexto da empresa, se precisa de ter uma relação que a gente não sabe como ter, nos leva realmente a uma questão que fica dúbia: se é uma assistência trabalhista ou assistencialista”.

Este fato trazia à tona a novidade e o estranhamento de desenvolver uma ação política a qual não se sabia onde ia dar, ou, pelo menos, não queriam assumir o ônus de promover a assistência. As lideranças tinham dúvidas a respeito da atividade, não sabiam se o(s) efeito(s) dela seriam ou não benéficos. Era algo novo. Além do mais, a entidade havia se definido, desde a eleição em 84, contrária às atividades assistenciais.

Algumas lideranças, quatro anos depois da declaração acima, pareciam assumir uma posição mais bem definida.

> “Porque para mim, o trabalho dos aposentados teria que ser mais um trabalho de encontro comigo, encontro deles de conversa, de bate papo, de palestra, com um médico. *Aquela coisa do assistencialismo mesmo!”*.

Será este um trabalho assistencialista, como o dirigente afirmou ou um trabalho que foge à prática tradicional dos sindicatos que se propõe um modelo de confronto? Já se fazia sentir um aumento nessa atividade por volta do início dos anos 90, como também as dúvidas com respeito ao caráter do trabalho que estava por se desenvolver foram aos poucos se desfazendo.

> “Então, em função disso, o sindicato terminou por ofertar a estes trabalhadores uma assessoria jurídica, separada da assessoria geral do sindicato que luta pelas questões de ordem trabalhistas, nós implantamos uma assessoria específica para os aposentados que tem encaminhado pra justiça os pedidos de correção dos salários dos aposentados, das pensões, enfim, em razão dos planos econômicos.” Dirigente X. 19/10/98.

Tudo indica que este tipo de trabalho foi considerado mais adequado, pois, trata-se de descumprimentos de leis, é um trabalho mais jurídico, de fato, e tem um ganho monetário evidente, o que é um bom atrativo. Além disso, uma parte dos telefônicos aposentados, com exceção dos trabalhadores em empreiteiras, desfrutavam de previdência complementar do fundo de pensão da EMBRATEL.

Mas este fato tem revelado, como já foi afirmado, que o papel da Secretaria Jurídica tem sido intensificado nos anos 90, pois, é a mais procurada pelos aposentados e também pelos trabalhadores. Apenas a ida ao sindicato para saber notícias dos processos que correm na justiça, já era um trabalho que o sindicato tinha para com eles, quisessem ou não os dirigentes. A procura pelos serviços continuou a aumentar com o passar do tempo por causa do sucesso obtido em algumas questões agenciadas.

O trabalho com os aposentados chama mais atenção. Cerca de 70% dos processos, segundo a dirigente sindical Wilma Ferreira, que o sindicato acompanha são de aposentados e apenas 30% são dos trabalhadores da ativa. Esta secretaria lidava com grande parte da ação sindical em 1998.

À medida que o trabalho com os aposentados foi ganhando espaço, foi se impondo uma demanda de novos serviços para este grupo. Numa espécie de efeito dominó, o sindicato passou a tentar desenvolver outras atividades. Em janeiro de 96, o sindicato convidou os aposentados para atividades, e em abril de 97 para atividades de terceira idade[13] envolvendo professores da UFPE[14].

As atividades com os aposentados são relatadas pelos diretores do sindicato da seguinte forma:

> "A gente não consegue trabalhar com todos os aposentados, mas a gente está conseguindo desenvolver um bom trabalho, já tem hoje um grupo bem organizado que mensalmente se reúne no sindicato, traz pra cá os problemas, discute, o que a gente faz, na verdade, é não perder o vínculo com a categoria, não é porque o cara se aposentou que ele está largado, que ele não tem mais categoria, que ele é afastado do mundo, de forma alguma, ele continua tendo o seu sindicato, continua tendo a sua categoria. Então, a gente vem crescendo muito nesse trabalho e é impressionante como eles gostam disso, como eles acham bom chegar numa reunião e encontrar os companheiros de trabalho, não ficar largado no mundo, então é um trabalho que a gente faz... assim... para mostrar que aposentadoria não é um pé na cova, não é esperar a morte chegar não, o cara continua ativo, cidadão, participando do debate, a gente traz discussões o tempo inteiro. Última reunião mesmo foi a discussão do processo eleitoral, as eleições que se aproximavam, a questão do voto, a gente faz com que os aposentados participem ativamente da vida política. Um trabalho bem legal que a gente está fazendo". Dirigente U. 15/10/98.

Nota-se uma mudança na percepção do trabalho com os aposentados. As dúvidas iniciais transformaram-se em certezas. A relação passou a ser um espaço de descobertas e de desconstrução do estereótipo do aposentado inativo e sem forças, isolado. Outros diretores dão a entender que existe uma relação de cumplicidade vinda de uma afinidade construída em torno da conquista do sindicato, em 1984.

> "Eu acho que tem uma parcela disso ***emocional***, a ligação pessoal que todos nós temos e que eles formam as bases e já foram dirigentes sindicais no passado. Essa ligação, ela não deixa de ser dupla, né? ... O fundamental disso, além dessa parte ***emocional***, é que você tem... sei lá... muitas vezes o cara vem, vem com a esposa, alguns...sei lá...mais velhinhos de repente vem com um filho, com a filha mais velha, quer dizer, aparentemente é você mostrar um pouco do que é o sindicato, a importância que é. E tudo que passa na TV, nos jornais é que sindicato é uma merda, o sindicato é aquele barbudo raivoso, de camisa rasgada, sandália fedorenta; é aquilo que é passado do que é o sindicato." Dirigente E. 02/03/98.

A afirmação desse dirigente revela mais coisas do significado do trabalho com os aposentados, trata-se das imagens construídas sobre os sindicatos e sindicalistas. E estas são reconstruídas em oposição às imagens que são pintadas pelos dominantes. O ato de um aposentado ao levar a família para conhecer a entidade sindical reflete essa nova dimensão de percepção da entidade sindical como espaço de criação de uma identidade relacionada ao trabalho que incorpora as experiências no sindicato, compondo a memória viva desses trabalhadores.

Neste caso,

> "...a roda, a motivação maior pra isso tudo é a política. Em nenhum momento está por fora. Sempre e em qualquer área que a gente estiver atuando vai ter que tá a política sendo uma força motriz. Agora, tem muitas coisas que podem ajudar a fazer política (...) Não pode ser, a política não pode ser somente reivindicação, a política não pode ser somente na porta da empresa xingando o diretor, a política não pode ser somente fazendo piquete, fazendo uma assembléia pra preparar uma greve, política não é só isso. Política é também isso. Tem que tá fazendo isso? Isso tem que fazer sim, mas não só [assistência] ". Dirigente E. 02/03/98.

Assim, a quebra de paradigma, que não deixa de ser uma mudança de padrão segue desfazendo as imagens cristalizadas sobre os aposentados – velhos[15], dependentes, doentes, inúteis, fracassados – colocando em seu lugar uma nova imagem que vai ganhando um novo sentido, nesse caso entendida pela redescoberta do lado ativo dos aposentados, "*a aposentadoria simboliza a perda de um papel fundamental – o de indivíduo produtivo – passando a ser sintoma de envelhecimento social"* (PEIXOTO, 1998: 74).

Mas ao mesmo tempo, nas palavras do dirigente sindical, o sindicato passou a ser a '*única chance'* que lhes restam, exagera o dirigente. Como a TELPE manteve um clube para os seus funcionários e desenvolvia atividades para os aposentados a relação do sindicato com os aposentados pode estar baseada em outros pressupostos. Este fato impede que vejamos a entidade sindical como a "*única chance"*. É importante entender que existem aposentados felizes com esta condição, este fato torna-se importante porque não homogeneiza a representação da aposentadoria com apenas um sentido negativo.

A LINEARIDADE DO PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DOS TRABALHADORES APOSENTADOS: O PONTO DE VISTA DAS LIDERANÇAS

Recapitulando: Este trabalho exigia uma burocracia própria, devido ao aumento da procura por tais serviços, que a cada dia não parava de crescer. Por outro lado, a manutenção financeira dessa burocracia especial vinha sendo feita pelos associados da categoria, que têm diminuído proporcionalmente ao crescimento dos aposentados, que nada pagavam. Como continuar com um serviço para um grupo que só tende a crescer e não paga nenhuma taxa? Uma taxa de contribuição desse grupo, com potencialidades para crescer ainda mais, não poderia resolver os problemas de caixa do sindicato? Na estatuinte de outubro de 1996, com a participação dos aposentados, foi discutido e estipulado uma taxa de 0,5% do salário destes como mensalidade[16].

Uma das preocupações dos dirigentes, em 1994, foi, exatamente, tentar explicar que o trabalho com os aposentados não podia se transformar em um trabalho meramente assistencial ou tão pouco paternalista. Em 1998, boa parte deles tem aceitado o trabalho dos aposentados como assistencial, apenas afirmam que deve ser feito. Mas há uma crença de que a participação é algo mais saudável para o tipo de trabalho em sindicatos, pois devolve a eles o sentimento de que são capazes de decidir e construir novas trajetórias, tanto para eles individualmente quanto para o sindicato.

Para Simões (1998: 19), a discussão sobre se o trabalho com os aposentados é ou não assistencialismo, nas várias associações que representam estes, não passa de uma retórica criada e associada com classificações dicotômicas, como “assistencialista” versus “mobilizadas”, “assistência” versus “participação”. Para este autor,

> “Pode-se dizer que, em parte, essas diferenças são retóricas, visto que o cotidiano de muitas associações gira em torno da prestação de informações sobre direitos dos aposentados e da condução de processos na Justiça, atividades que poderiam ser consideradas eminentemente assistencialistas”.

Mas o autor considera que existe um grau de engajamento que diferencia as associações, não ficando apenas na prestação desses serviços e, dessa forma, algumas se destacariam pelo potencial de trabalho político desenvolvido, reivindicando mudanças na previdência e influenciando nos debates mais amplos nas questões dos aposentados.

CONCLUINDO

O SINTTEL tem vivido muitas histórias, entre elas uma postura ainda presente, de alguns diretores, contra o ‘assistencialismo’ que marcou a afirmação do novo grupo em oposição ao período ditatorial. No início dos anos 90 a explosão das aposentadorias e os demitidos por Collor. O primeiro fato mexendo na estrutura da entidade, com as aposentadorias de militantes e de muitos associados, causando também a queda da receita da entidade. O segundo, contribuindo para o temor de perda do emprego que tomou conta da categoria.

No entanto, as várias aposentadorias fizeram a entidade despertar para o potencial desse grupo de aposentados com menos de 50 anos de idade. Potencial este tanto para a luta, quanto para uma possível reversão da acentuada queda da receita da entidade. Além disso, os novos trabalhadores não vêem mais as empresas como um lugar definitivo em sua trajetórias e sim um local de passagem. Jovens em busca da universidade, uma mão-de-obra adaptada à nova fase das telecomunicações, ou seja, empresa privada que não garante estabilidade.

Nesse sentido, todos os dirigentes entrevistados que não participaram da conquista da entidade em 1984, demonstraram maior flexibilidade em aceitar algum tipo de serviço assistencial promovido pelo sindicato. Assim, o ano de 1998 marca a volta, em outros termos, é claro, da assistência.

A ação sindical em sua vertente jurídica parece ter demonstrado a esses sindicalistas uma saída para a associação dos novos e dos antigos que nunca se associaram, e agora procuram a entidade sindical por conta da prestação de serviços. Mas os dirigentes acreditam que esse serviço deixa de ser assistencial porque não vai “*onerar”* o sindicato, como se a questão da assistência, no modo que eles entendem, fosse negativa apenas pela ‘**burocracia’**, evitada com os convênios, pelo ‘**clientelismo’** ou ‘**paternalismo’** de um serviço assistencial gratuito. Porém, na verdade, os serviços vão onerar sim o sindicato, pouco ou muito, é apenas uma questão de nível.

Em 1998, não havia nenhum fantasma da ‘era Bezerra’. Parece que já podiam prestar serviços, mas, não sem problemas. O sucesso do departamento jurídico com o FGTS, o Plano Collor e o Plano Bresser parecem demonstrar um potencial para atrair associados. Todavia, as dúvidas persistem entre associados e lideranças. Assim, os sentidos da ‘prática assistencial’ tem mudado ao longo do tempo. A questão de fundo aqui é compreender como as lideranças sindicais tem lidado com essa nova situação que foge ao controle daquilo que eles acreditam ser o ideal.

BIBLIOGRAFIA:

BOURDIEU, Pierre. (1997), Sobre a televisão. Jorge Zahar Editor. Rio de janeiro.

__________. (1992), “Parte I – les fins de la sociologie réflexive (le séminaire de Chicago)” in: *Responses. Pour une Antropologie Réflexive.* Paris, Éditions du Seuil. pp. 43-175. (tradução).

__________. (1990), “La domination Masculine”. *Actes de la recherche en scienses sociales.* N. 84, 1990. pp. 2-31. (tradução).

__________. (1994), “Nouvelles réflexions sur la dominaction masculine”. *Cahiers du GEDISST.* Seminaire 1993-1994. *Division du Travail.* Rapports sociaux de sexe et de pourvoir. n 11. pp. 91-104. (tradução).

EMBRATEL. (1983) Publicação oficial da empresa.

DEBERT, Guita Grin. (1998), “A antropologia e os estudo dos grupos e das categorias de idade” in. Myrian M. Lins de Barros (Org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas ed. p. 49-68.

FORTES, Alexandre. (1998), Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. UNICAMP, (mimeo).

__________. (2001) Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. Orientador: Prof. Dr. Michael Mcdonald Hall. Campinas. Unicamp. Tese de doutoramento. (doutorado em História).

MATTOS, Marcelo B. (1998), “Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro: 1955/1988”. Rio de Janeiro. Vício de Leitura.

MOREL, Regina & MANGABEIRA, W. (1994), “‘Velho’ e ‘novo’ sindicalismo e uso da justiça do trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da companhia siderúrgica nacional”. DADOS, nº 37, vol 1. IUPERJ, Rio de Janeiro.

PEIXOTO, Clarice. (1998), “Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade...” in. Myrian M. Lins de Barros (Org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas ed. p. 69 - 84.

SANTANA, Marco Aurélio. (2001), *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo, UNIRIO/Boi Tempo Editorial.

__________. (1999a), “Política e história em disputa: o ‘novo sindicalismo’ e a idéia da ruptura com o passado”, In: Iram Jácome Rodrigues (org), *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis/ São Paulo, Vozes/EDUC/Unitrabalho. Pp: 133-162.

SIMÕES, Júlio A. (1998), “A maior categoria do país: o aposentado como ator político” in. Myrian M. Lins de Barros (Org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas ed. p. 07-34.

SOUTO JR, José Fernando. (2000), Práticas Assistenciais em sindicatos do novo sindicalismo: uma interpretação da literatura acadêmica sobre o assunto. Lugar Primeiro, nº 7, publicação do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia IFCS/UFRJ.

* É doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense.

[1] Utilizo o termo ‘prática assistencial’ nesse trabalho, em substituição ao termo ‘assistencialista’, por acreditar que o segundo termo é carregado de um conteúdo ideológico negativo que não facilita o entendimento deste fenômeno como prática política legítima.

[2] Em meados da década de 80 e início dos anos 90, no Recife, a TELPE tinha cerca de 2.100 empregados; a EMBRATEL 450 e a TELEBRÁS, que tinha apenas um centro de treinamento, dispunha de 80 empregados. Proporcionalmente a maior parte da executiva do sindicato ainda é de empregados da EMBRATEL. Estas três empresas representavam a maioria esmagadora da categoria. Eram, nessa época e até recentemente, trabalhadores de empresas estatais.

[3] É interessante essa estória: na Assembléia Geral Extraordinária do dia 22/11/79, o presidente José Bezerra explica que teve uma reunião na TELPE e propôs aos diretores da empresa a compra de uma ambulância usada, de propriedade da empresa. Numa outra reunião, a surpresa: os diretores resolveram doá-la ao sindicato.

[4] De acordo com os documentos encontrados, o primeiro grande conflito vem com a luta pela gratificação pela dupla função, reivindicação do sindicato para os trabalhadores que desenvolviam uma determinada função e ainda tinham que dirigir. *Ata de Assembléia Geral Extraordinária*, 06/03/85.

[5] Em 1º de agosto de 1975 ela passou a ter existência jurídica. Funcionando como pessoa jurídica de direito privado, de fins assistenciais e previdenciais. Concede benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social, além de se propor a promover o bem-estar social entre seus participantes através da prestação de serviços como, por exemplo, empréstimos para quitação de imóveis e compra de bens e serviços diversos. A lista é extensa, vai desde Camping Clube, pegando a área de lazer; vários serviços médicos, na área de saúde; e assistencial, que contempla até descontos em auto escolas e convênios com funerárias, isso em todo o Brasil. Além disso, tem destaque nos informativos institucionais da empresa e da TELOS a área de habitação, que financiava casas. Em 1980, foram concedidos 2 500 liberações de financiamentos e “*uma média de mais de 20 empréstimos, por dia útil”,* com 9 091 contribuintes, dos quais 8 974 eram funcionários da EMBRATEL, 97,2% do efetivo da empresa; 56 da própria TELOS; um (01) da TELEBRÁS e dois (02) da TELEMIG. Em 1983 o número era de 10 235, dos quais 1.050 já haviam recebido casa própria (EMBRATEL, 1980; EMBRATEL, 1983).

[6] O departamento odontológico parou de funcionar em 31 de outubro de 1990.

[7] Ata de Assembléia Geral Extraordinária, 02/12/85.

[8] Uma análise sobre como as dicotomias estão presentes nos discursos dos agentes de acordo com o ‘*habitus’* indicando as formas legítimas de participação política, pode ser encontrada em Bourdieu (1990; 1991). Esta visão está presente em boa parte da literatura especializada sobre sindicatos no Brasil. Uma análise atualizada de parte da bibliografia sobre sindicalismo pode ser encontrada em: (SOUTO JR, 2000; MATTOS, 1998; FORTES, 1998 e 2001; SANTANA, 1999a; 2001).

[9] O governo Collor anunciou que seriam demitidos 360.000 funcionários públicos da administração direta e das estatais. No dia 12 de junho de 1990, o governo anunciou a demissão de 7.484 funcionários do Sistema TELEBRÁS. Em Pernambuco foram atingidos 125 funcionários da TELPE e seis do Centro de Treinamento da TELEBRÁS. Em outubro de 1992, a juíza da 10ª Junta do TRT, Zeneide Gomes da Costa, concedeu uma Liminar decretando a reintegração imediata dos demitidos. Mas uma ação impetrada pela empresa cassou a Liminar da juíza, tendo o sindicato recorrido ao Supremo Tribunal, que não havia julgado até a privatização das empresas.

[10] No final da década de 80, um grupo de dezesseis associados haviam ingressado por meio da assessoria jurídica do sindicato na Justiça Federal exigindo a reposição em seus proventos, dos Planos Bresser, Verão e Collor. Em fevereiro de 96 o juiz determinou a aplicação de 150%. Segundo o mesmo informativo, havia outros processos iguais a este em fase de tramitação. ***Boizinho***, Recife, 13 de março de 1996.

[11] Um estudo sobre ações jurídicas e a politização destas, organizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda em períodos diferentes, pode ser encontrado em (MOREL & MANGABEIRA, 1994).

[12] Grifos meus.

[13] Nas associações de Terceira Idade, os trabalhos tem por objetivo quebrar estereótipos relacionados à velhice e a aposentadoria, não sendo “sinônimo de decadência, pobreza e doença, mas um tempo privilegiado para atividades livres dos constrangimentos do mundo profissional e familiar” e “envolvem trabalhos manuais, bailes, passeios e excursões, ginástica” (DEBERT, 1997: 30 e 48). Simões (1998: 24), faz uma análise sobre as representações dos grupos de Terceira Idade baseada no depoimento de aposentados militantes de São Paulo, o autor faz a seguinte afirmação: “Para os aposentados militantes, esses grupos [terceira idade] desenvolvem principalmente atividades de lazer que são um ‘descanso’, um ‘refrigério’, uma ‘diversão’. Mas a atividade mais importante, que é a ‘luta’, a ‘ação dentro de sua entidade de classe’, essa somente o movimento e suas associações proporcionam”.

[14] *Boi na Linha, Recife 30 de abril de 1997.*

[15] A noção de *velho* é, pois, fortemente assimilada à decadência e confundida com incapacidade para o trabalho: ser velho é pertencer à categorização emblemática dos indivíduos idosos e pobres (PEIXOTO, 1998: 72).

[16] *Jornal da Estatuinte,* 03 de abril de 96. Até outubro de 98, quando essa pesquisa terminou, a taxa não havia sido implementada. Um dos motivos dados era que não se sabia como seria feito o recolhimento financeiro. A estatuinte foi o congresso promovido pelo sindicato para reforma do Estatuto.